

A. Estado, Poderes e Sociedade
B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões
C. Educação e Desenvolvimento
D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes
F. Família, Género e Afectos
G. Teorias, Modelos e Metodologias
Sessões Plenárias

"UTOPIAS VIÁVEIS" E PERFIL DO SOCIÓLOGO ORIENTADO PARA A MUDANÇA *

João Teixeira Lopes

A presente comunicação estrutura-se em torno de uma (falsa) questão, que por sua vez conduz, na tentativa de lhe dar resposta, à explicitação de uma nova perspectiva sobre a mudança social, bem como de algumas condições que penso serem necessárias à intervenção do sociólogo nos processos transformadores.

No entanto, impõe-se denunciar desde já o seguinte: a referida questão apresenta-se como um artifício metódico que suspende o enunciado da problemática, não como sintoma de cepticismo, mas para melhor a clarificar logo de seguida, espécie de inquietação heurística apenas na aparência ingénua, ou, se preferirmos, portadora do espírito da *"sábria ingenuidade"* de que nos fala Almada Negreiros.

Por outro lado, as condições subjacentes a um perfil de sociólogo orientado para a mudança não pretendem estabelecer qualquer linha programática ou doutrinária, tão-só o realçar de algumas importantes conquistas no progresso do conhecimento sociológico.

A questão

A mudança social é um facto empírico, concreto, real, observável? A mudança social existe, ou é possível? Questão aparentemente absurda. No entanto, se fizermos uma análise panorâmica de alguma recente produção teórica, em especial daquela que é divulgada com mais visibilidade, constituindo-se numa espécie de *doxa* dominante, chegaremos rapidamente à conclusão de que a pergunta faz sentido. Refiro-me, evidentemente, aos discursos pós-modernos, ou, pelo menos, aos que se referem insistentemente à superação da constelação de sistemas, valores e representações constitutivos da modernidade. Claro está que, por detrás da designação de pós-modernos, reside uma pluralidade de perspectivas, muitas vezes conflituais entre si. Tal não é de admirar, já que a própria modernidade aparece como um universo profundamente heterogéneo e com distintas concretizações espaço-temporais.

Ainda assim, mesmo correndo o risco de resvalar para a *"ilusão da homogeneidade"*, referir-me-ei ao que julgo ser o núcleo-duro ou denominador comum da vulgata pós-moderna.

De facto, a modernidade, pelo menos nos seus princípios primordiais, encontra-se fortemente enraizada num conjunto de crenças: crença na emancipação humana através da libertação do jugo das *"irracionalidades"* (religião, mito, superstição); crença na razão e no desenvolvimento da ciência enquanto sistema objectivo; crença nas possibilidades supostamente infinitas da tecnologia; crença numa lei e numa moral universais, crença, enfim, na *"destruição criativa"* do passado e da

tradição. ^[1] Ora, é precisamente neste último aspecto que as abordagens pós-modernas vão pegar, para colocar em causa, levando essa *"destruição criativa"* até às suas últimas consequências, os alicerces e os fundamentos da modernidade: a ideia de projecto, de progresso, de sentido ou finalidade da história, enfim, a própria ideia de transformação e de mudança social.

Como legitimação da suspensão/superação do projecto da modernidade, acentua-se, muitas vezes, a ideia de que esta constituiu, afinal, uma narrativa de dominação e de opressão, de imposição à escala planetária de uma ordem mundial baseada no *"bom velho conceito"* de uma cultura partilhada em uníssono.

Postula-se, então, nos escombros da modernidade, a explosão do fragmentário, do contraditório, do efémero e do caos, a par da inexistência de culturas, verdades ou linguagens universais. O pluralismo substituiu a unicidade, a heterotopia (Foucault) substituiu a utopia. Em vez do projectar das sociedades para fora do espaço e do tempo, afirma-se a existência conflitual e simultânea de

mundos incongruentes, assíncronicos e contraditórios.^[2]

Um breve balanço do conteúdo dominante dos discursos pós-modernos leva-me a realçar positivamente algumas importantes conquistas: uma redobrada atenção às minorias e aos fenómenos multiculturais; o privilegiar da análise ao nível local; a emergência de posturas e de discursos antiautoritários; o combate a todos os dogmas e formas de poder; a revalorização do "existencial" e da vida quotidiana; a apologia do "nomadismo cultural", etc.

No entanto, não posso deixar igualmente de salientar importantes recuos, com especiais implicações no tema que aqui debatemos. Falo, antes de mais, no ressuscitar da crença na impossibilidade do progresso e da mudança, em suma, na inviabilidade da utopia. Afinal, se o que existe são processos/fluxos difusos de mudança, pautados pelo fragmentário e pelo contraditório, sem mínimos denominadores comuns, plenos de imprevisibilidades e de efeitos não-intencionais, como encontrar critérios de legitimação da possibilidade de mudança? Se tudo é "simulacro", se a realidade, ela mesma, não existe, como pretender transformá-la?

Daqui à cristalização em novas formas de conservadorismo vai um pequeno passo, alimentado pela revitalização das velhas crenças de que toda a acção colectiva se encontra destinada ao fracasso e pelo delírio de um subjectivismo dogmático e radical. Na ausência da própria ideia de projecto, resvala-se para atitudes de contemplação e de navegação num universo estilhaçado e pautado pela desordem supostamente criativa.

Uma nova perspectiva

No refluxo da volúpia e da euforia pós-modernas, surge uma nova forma de abordagem da mudança social, simultaneamente distanciada dos discursos teleológicos e totalitários e do neoconservadorismo dos anos setenta e oitenta.

Defende-se, doravante, que não é suficiente considerar a mudança como sendo inerente e constitutiva de toda a acção humana. Importa, mais do que isso, compreender tanto a sua génese, como o seu contrário. Os processos de mudança não são nem unilineares, nem constroem a realidade a partir do nada: a mudança conjuga-se de forma indissociável com a reprodução social. Os processos de transformação comportam ritmos diferenciados e não é de excluir a hipótese de, numa mesma formação social, coexistirem estruturas de duração temporal descoincidente (coexistência de assincronismos) e de se verificarem movimentos involutivos e regressivos. Se é verdade que *o futuro não pára de começar*, não é menos verdade que *o passado nunca deixa de acabar*.

Por outro lado, a aposta vai agora para as "utopias viáveis" (Fernando Henrique Cardoso), imbuídas

do espírito do "realismo utópico" (Giddens) ou da "utopia racional" (Bourdieu).^[3]

Em vez de desejar o impossível, pretende-se explorar os "futuros possíveis", à luz de um "realismo político", que, ainda segundo Fernando Henrique Cardoso, "é menos 'a arte do possível' do que

a 'arte de tornar possível aquilo que é necessário'".^[4] Por outras palavras, pretende-se aqui a invenção de uma utopia para os nossos tempos e os nossos espaços.

No entanto, existe, na minha opinião, um risco latente nesta nova abordagem da mudança social: o excesso de pragmatismo e a fundada desconfiança face às superações estruturais da ordem estabelecida, leva a que muitos prefiram a *utopia minimalista*, uma espécie de programa reduzido e extremamente localizado, desligado das necessárias mudanças institucionais e confinado, muitas vezes, a intenções neofilantrópicas (como acontece, por exemplo, com alguns "pacotes" de combate à exclusão social), preocupado, antes de mais, em fazer o menor ruído possível.

Neste caso, a mudança reduz-se à sua aparência ou imagem, tornando-se um mero efeito de *marketing*.

Algumas condições para uma prática profissional orientada para a mudança

O sociólogo não tem de ser, por essência ou definição, um militante da mudança social. Cabe a cada um a escolha do perfil que pretende implementar, e a cada um também as responsabilidades cívicas e deontológicas dessa escolha.

As condições que em seguida apresento são, todavia, destinadas a uma prática profissional orientada para a mudança. Trata-se, também aqui, de uma opção pessoal.

Enuncio, então, cinco condições que fazem já parte do património adquirido do conhecimento sociológico:

a) *Luta permanente pelo aumento de autonomia do campo profissional* enquanto afirmação da especificidade irreduzível do conhecimento sociológico, embora negando qualquer tipo de hegemonia sobre outros conjuntos de discursos/práticas científicas e profissionais. Como referiu José Madureira Pinto na abertura do anterior congresso, se é verdade que "os sociólogos não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação

e as *instâncias oficiais designam como problemas sociais*", não é menos verdade que a capacidade de resposta a essas solicitações será infinitamente menor se os sociólogos abdicarem da sua

forma específica de *construir os seus problemas*. [5]

Além do mais, importa resistir a "*síndrome de Zelig*" referido por João Ferreira de Almeida, evitando a colagem do discurso sociológico às expectativas e aspirações de quem solicita, tantas

vezes apressadamente, uma resposta ou uma reflexão. [6] Trata-se, também aqui, de reivindicar, mais do que um espaço teórico em busca de autonomia, a necessidade de se respeitarem os ritmos da produção teórica e da operacionalização dos problemas. Não se pode exigir ao sociólogo que relate em cinco minutos o trabalho de anos...

Por outro lado, os enunciados anteriores não produzem qualquer efeito se não forem acompanhados de uma permanente reflexão sobre os mecanismos institucionais que enquadram e norteiam a actividade profissional do sociólogo. Sem a avaliação dos constrangimentos que nos rodeiam, dificilmente alargaremos os nossos espaços de liberdade, questão que conduz, igualmente, à afirmação de uma cultura profissional que não signifique fechamento corporativo.

b) *Um avanço substantivo em direcção à complexidade*. [7] Trata-se, por um lado, de defender a superação das aporias simplistas e inibidoras do progresso na produção teórica do conhecimento (sujeito *versus* objecto, estrutura *versus* acção, macro *versus* micro), exercitando o espírito dialéctico e, por outro, de recusar os modelos mecanicistas da determinação em última instância, propondo para cada situação concreta uma abordagem "pluriperspectivada" que, em vez de procurar hierarquizar relações de causalidade, prefere a explicitação das interdependências, das lógicas recíprocas e cruzadas. [8]

c) *Tradução da complexidade em transparência*. Princípio complementar do anterior, orientado para a necessidade de aumentar as possibilidades de apreensão/incorporação dos produtos científicos nos agentes sociais, gerando acréscimos de reflexividade (Giddens) e de liberdade. Princípio incompatível com o esoterismo, que mais não é do que um certo prazer no isolacionismo. De facto, torna-se urgente exercitar uma nova competência, a de saber transmitir eficazmente, através de meios por vezes hostis (porque pouco "pacientes", requerendo ritmos e simplificações abusivas) mensagens complexas.

Se existe a necessidade de renovar permanentemente o "arsenal simbólico" do sociólogo, impõe-se, então, uma preocupação acrescida com o momento (e a pedagogia) da transmissão do saber, isto é, com a *performance* e em particular com um aprofundado conhecimento dos meios de comunicação de massas.

d) *Não perder as potencialidades da "visão de conjunto", mas sem cair no generalismo*. Preocupação essencial num tempo onde se acumula e multiplica a informação, proveniente de diversas fontes e transmitida por uma vasta panóplia de canais. Informação que corre o risco de tornar-se caótica se não existir um conjunto de princípios críticos, organizativos e integradores. Além do mais, se é verdade que, por razões metodológicas, a sociologia delimita o seu objecto de estudo, favorecendo a emergência de um conhecimento regional, não é menos verdade que as perspectivas globais são necessárias para se compreender a complexidade e o dinamismo relacional dos fenómenos sociais.

e) *Dignificar os sujeitos sociais, sem cair no subjectivismo radical ou em novas versões do individualismo metodológico*. Trata-se de reconhecer a cada agente uma certa autonomia, consubstanciada num papel activo no jogo social, estabelecendo estratégias e agindo com base em motivações e interesses, capazes de gerarem uma apreciável dose de criatividade na (re)invenção do quotidiano. "*As estruturas não saem à rua*", proclamava-se no já longínquo Maio de 68, mas quando os agentes saem à rua são condicionados pelas condições estruturais da acção que funcionam como limites à sua autonomia, necessariamente relativa.

Uma citação

Termino esta comunicação com uma citação de Guillaume Apollinaire, reveladora, ao mesmo tempo, das enormes expectativas e de alguma desconfiança em relação ao papel do sociólogo:

"As religiões prometiam recompensas no outro mundo, os sociólogos prometem aos indivíduos a felicidade neste mundo".

Não posso estar de acordo com o poeta de *Alcools*. Os sociólogos não prometem às pessoas a felicidade neste mundo. Mas cabe-lhes, sem dúvida, mesmo quando o fatalismo ou a falta de esperança imperam, o dever cívico de transformar a promessa em possibilidade.

- [1] Cf. David Harvey, *The Condition of Postmodernity*, Cambridge, Blackwell, 1992.
- [2] Vd. Margaret C. Rodman, "Empowering place: multilocality and multivocality" in *American Anthropologist*, vol. 94, nº 3, 1992.
- [3] Expressão utilizada por Fernando Henrique Cardoso na sessão de Doutorado Honoris Causa pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Vd. *Boletim da Universidade do Porto*, nº 26-27, 1995, pp. 48-59).
- [4] Idem, *Ibidem*, p. 59.
- [5] Vd. José Madureira Pinto, "Discurso de abertura do 2º congresso português de sociologia" in *Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 11, 1992, p. 187.
- [6] Vd. João Ferreira de Almeida, "Trabalhar em sociologia, ensinar sociologia" in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 12, 1992, p. 193.
- [7] Cf. José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1994.
- [8] Cf. Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento, 1994, em especial o cap. II.